

O Papel dos *Media* na Luta Contra o Terrorismo: que Cobertura Mediática dos Actos Terroristas?

Fátima Faria

Jornalista da RTP. Auditora do Curso de Defesa Nacional 2005/2006

Resumo

Este artigo tem por objectivo analisar os actos terroristas enquanto fenómenos mediáticos e reflectir como deverá ser delineada a cobertura jornalística deste tipo de acontecimentos. A ideia passa por encontrar uma forma de actuação de modo a que os *media* não sejam usados como meras plataformas de divulgação dos objectivos das organizações terroristas. Em contrapartida, cumpre-lhes o dever de informar a opinião pública sobre estas acções, desde as consequências, à identificação dos autores, até ao acompanhamento da actuação das autoridades. Neste contexto, são analisadas três grandes acções terroristas do início do século XXI – o 11 de Setembro, em Nova Iorque e Washington; o 11 de Março, em Madrid; e o 7 de Julho, em Londres – que mereceram coberturas mediáticas completamente diferentes.

Abstract

The Role of the *Media* in the War against Terrorism: What Kind of Information Coverage?

This article analyses the coverage of terrorist acts as major mediatic events. Its main purpose is to trigger a reflection on two questions: on the one hand, how the mass media can best avoid being instrumentalised by perpetrators of terrorist activities and serve their cause by publicising their goals? On the other hand, how can it serve its primary duty of keeping people informed about these events, since the moment they start to the analyses of their consequences and the response by the authorities. In an attempt to find a suitable modus operandi for media coverage of such events, this paper focuses on three terrorist attacks – 9/11, the Madrid trains station bombings in 11th March, and London attacks of 7/7 – that shaped the beginning of 21st century.

1. Introdução

«Estamos numa guerra. E mais de metade desta guerra é disputada no campo de batalha que são os media».

Ayman al-Zawahiri, Julho de 2005

Um acto terrorista só vale se for divulgado. Já em 1985, a então primeira-ministra britânica Margaret Thatcher apontava o dedo aos *media*, dizendo que a publicidade que estes davam ao terrorismo era o seu «oxigénio». De facto, o terrorismo é imponente se não for publicitado. Depende do impacto dramático para captar a atenção da opinião pública e, conseqüentemente, atingir o seu principal objectivo: espalhar o medo.¹

Entre os diversos meios de comunicação social, é à televisão que cabe o papel mais central na estratégia dos terroristas, por poder transmitir notícias de forma instantânea e *nonstop* e por ter capacidade para difundir imagens e palavras de qualquer parte para todas as partes do globo. Os principais atentados terroristas a que assistimos nos últimos anos usaram de forma exaustiva todos os acessos disponíveis aos meios de comunicação social. Os ataques de 11 de Setembro, por exemplo, foram planeados ao minuto, de modo a que, no momento do embate do segundo avião no World Trade Center, as principais cadeias de televisão de todo o mundo estivessem a transmitir em directo. Involuntariamente, os *media* serviram os objectivos dos autores dos atentados e agiram como estes previram.

Mas além deste “aproveitamento”, os grupos terroristas têm outras estratégias de envolvimento da comunicação social. Alguns têm os seus próprios canais de televisão e estações de rádio e usam os vários suportes tecnológicos para produzir informação sobre si próprios. É o caso dos vídeos com mensagens dos líderes dos grupos terroristas ou com imagens de reféns, que tentam fazer circular nos *media*. Além disso, já não se limitam aos tradicionais meios de comunicação e usam cada vez mais os novos *media*, em particular a Internet.

1 Vassily Yastrebov, especialista em saúde mental, considera que uma das mais importantes conseqüências do terrorismo, pretendida pelos terroristas, é o estado de pânico da população. Para ele, «a característica específica das diferentes formas de terrorismo é um estado prolongado de ansiedade e medo por parte da população, que se mantém na expectativa da tragédia; incerteza essa que causa graves perturbações psicológicas». (2005: 33-34)

É que, apesar de precisarem e usarem os *media* como fonte vital para as suas acções, os terroristas também já perceberam que o acesso que têm à comunicação social não é o mesmo que têm as fontes oficiais. E sabem também que os *media*, ao mostrarem a violência provocada pelos terroristas, podem cumprir um dos seus objectivos, que é espalhar o medo, mas podem também chamar a atenção da opinião pública, passar uma imagem negativa, não lhes dando legitimidade política. Com o aparecimento da Internet, no entanto, os mesmos grupos passaram a poder disseminar a informação que pretendem, sem cortes e sem qualquer filtragem feita pelos jornalistas.²

Como foi referido, apesar de os *media* não criarem acções terroristas, a sua actuação pode facilitar o sucesso estratégico dos grupos terroristas. O objectivo deste trabalho é tentar perceber de que forma os *media* devem actuar de modo a cumprirem o seu papel numa sociedade democrática – o de informar, sem censura e sem condicionalismos superiores – sem serem usados como uma plataforma que sirva os interesses dos grupos terroristas.

2. O Terrorismo na Era Mediática

Ao longo deste artigo, o termo terrorismo é utilizado para identificar o uso deliberado, ou ameaça, de violência para criar medo num alvo populacional muito maior que o grupo das vítimas imediatas, de modo a alcançar os objectivos dos seus promotores, na violação da lei. Trata-se do uso deliberado de intimidação psicológica e violência física que põe em causa a segurança e o bem-estar dos cidadãos comuns, a estabilidade do sistema político, o desenvolvimento económico e a própria sobrevivência da Democracia.

O terrorismo a que me refiro é o que idealiza a violência (para um profissional das forças de segurança, a violência é um mal necessário; para um terrorista, é uma acção

2 Em 1998, 12 das 30 organizações terroristas identificadas pelo Departamento de Estado norte-americano tinham os seus próprios *websites*. Em 2004, uma maioria de 33 grupos da mesma lista mantinha oficialmente uma presença *online*. Os investigadores não conseguiram ainda apurar se a habilidade de comunicação *online* resultou num aumento ou num decréscimo de actos terroristas. Certo é que as actividades *online* aumentam as capacidades destes grupos para recolherem fundos e conseguirem novos adeptos, facilitando o recrutamento. Por exemplo, o Hezbollah tem sites desde 1995. Neste momento, tem três sites que se mantiveram activos e actualizados durante o recente conflito com Israel: um do gabinete central de imprensa (com informação geral sobre o grupo, recortes de imprensa, declarações políticas e os discursos de Hassan Nasrallah, além de fotos e vídeos), outro para descrever os ataques a alvos israelitas e o da televisão Al-Manar. Os três podem ser consultados em árabe e em inglês.

admirável e desejável) e rejeita o processo político. É também um fenómeno com características cada vez mais globais: não está confinado às fronteiras nacionais, é gerado por redes organizadas a nível internacional e pretende fazer vítimas sem nacionalidade específica. Nesta tentativa de definição de terrorismo, pode ainda acrescentar-se que, através do uso ou da ameaça da violência, os seus autores pretendem colocar a população alvo sob um estado de medo crónico. Para Raymond Aron, citado por Wilkinson «uma acção de violência é rotulada de “terrorista” quando os seus efeitos psicológicos são desproporcionais face aos resultados puramente físicos»(1990: 28).

Também o especialista em terrorismo Brian Michael Jenkins (citado por Garcia Luengo, 2001), dizia, há já 30 anos, que «os terroristas querem muita gente a ver e muita gente atenta, mas não uma grande quantidade de gente morta». Com esta afirmação, destacava a ideia de que os terroristas estão mais interessados na publicidade que nos assassinatos, apontando ao pormenor a essência do terrorismo.

Mas com que finalidade os terroristas usam os media? Em primeiro lugar, para espalhar o medo entre a população alvo e não só. Depois, para frustrar e perturbar a resposta dos governos e das forças de segurança. Finalmente, para mobilizar, incitar e atrair os seus apoiantes e outros potenciais simpatizantes para a sua causa. Podem, desta forma, aumentar o recrutamento de novos membros e conseguir mais fundos financeiros, criando condições para eventuais ataques.

Vejamos o caso da Al-Qaeda. Esta organização (e este fenómeno mediático) concebe actos terroristas espectaculares, recorrendo a métodos e a meios inéditos na história do terrorismo, conseguindo uma máxima exposição na comunicação social. Além disso, faz com que surjam nos *media* de todo o mundo mensagens previamente gravadas de Bin Laden e de Al-Zawahiri, divulgadas sempre em momentos-chave. Noutra frente, usa a Internet como plataforma de comunicação entre os seus membros (nomeadamente na troca de informação durante a preparação dos ataques) e como fonte de recrutamento de novos elementos.

Esta percepção da importância dos *media* não surgiu recentemente. Muito antes do 11 de Setembro, a Al-Qaeda já tinha descoberto as potencialidades da Internet e da televisão por satélite. Bin Laden terá mesmo dito que «a retórica e a propaganda por satélite podem estar em pé de igualdade com os bombistas e os mísseis cruzado». Desde o início, a organização investiu fortemente e de forma criativa na propaganda e nos *media*. E estes tornaram-se ainda mais importantes após a perda da sua base no Afeganistão, quando a Al-Qaeda se transformou numa organização mais virtual. Como conclui Marc Lynch, «a estratégia mediática da Al-Qaeda é inseparável da sua estratégia

política, com o terrorismo e a sua acção a trabalharem a par do objectivo de potenciar a identidade islâmica e de confrontar essa identidade com a do Ocidente» (2006: 50).

Neste contexto, deparamo-nos com um dos principais dilemas dos meios de comunicação social, no que diz respeito ao tratamento informativo de acções terroristas. Parece claro, para os profissionais do jornalismo, que, sem algumas restrições na livre difusão de factos e opiniões, os *media* podem tornar-se num instrumento ao serviço da causa terrorista. Mas, em contrapartida, se a luta contra o terrorismo incluir medidas que destruam a credibilidade dos *media*, os terroristas terão ganho uma importante batalha: a de minar os sistemas democráticos. Porque um dos pilares das democracias é precisamente o da liberdade de imprensa.

Daí o dilema: como manter a liberdade dos *media* sem oferecer uma ajuda inadvertida aos terroristas?

Por vezes, surge a sugestão do estabelecimento de restrições à cobertura mediática de actos terroristas. Mas estas restrições devem ser impostas pelas autoridades governamentais ou, em vez disso, ser voluntariamente adoptadas por uma imprensa responsável? As duas possibilidades têm pontos fracos. A primeira opção evoca o medo da censura. A segunda coloca dúvidas sobre a utilidade e a fiabilidade dos *media*.

Mas uma auto-regulação dos *media* deve passar ou não por uma ausência de informação sobre terrorismo? Nesta questão, as opiniões também se dividem: por um lado, há quem argumente que restringir ou não divulgar é preferível, já que limita a propaganda terrorista e permite aos serviços de contra-terrorismo operar de forma mais efectiva. Por outro lado, há quem defenda que a ausência de notícias sobre os terroristas é um passo para minar a credibilidade da imprensa e dos valores democráticos da sociedade.

Na minha opinião, o terrorismo é um assunto que ninguém - e muito menos os *media* - pode ignorar. E não é por ele não ser noticiado que vai desaparecer. Não dar a notícia do rebentamento de uma bomba, por exemplo, não evita que outras situações semelhantes aconteçam. Pode até ter o efeito contrário: pode fazer com que a bomba seguinte seja ainda mais potente para captar a atenção.

Esta tese, assumida por muitos, de que deve ser evitada a mediatização do terrorismo, defende também que não devem ser feitas entrevistas a líderes terroristas, pois tal seria estar ao serviço da propaganda terrorista. Mais uma vez, não concordo. Porque tudo depende do tipo de voz que é dada a estes intervenientes. No respeito pela norma jornalística de que, a um acontecimento, deve ser dada a versão das diferentes partes (em especial se os seus interesses e pontos de vista forem claramente antagónicos), os *media*

devem divulgar as mensagens de grupos terroristas, após tratamento da informação e de forma equilibrada com outras fontes. Transmitir parte de uma mensagem de Bin Laden, enquadrada num contexto, é diferente de transmitir a mensagem na íntegra. Além disso, o papel dos *media* não é dizer ao público quem tem razão ou não. Os *media* devem fazer uma cobertura correcta e dar ao público os elementos que este precisa para formar a sua opinião e julgar por si. E há situações que provam que as opiniões contra os terroristas aumentaram, depois de conhecidos, através da comunicação social, os seus pontos de vista.³

Mas quando surge a oportunidade de uma entrevista deste tipo, o jornalista tem de ter cuidado para não se deixar instrumentalizar, nem se tornar num mero veículo de propaganda. Estas ocasiões devem ser aproveitadas para explorar as causas que conduziram à violência, discutir posições políticas e questionar sobre alternativas que não passem, necessariamente, pela violência. Como em qualquer entrevista, o jornalista deve fazer as perguntas que o público gostaria de ver respondidas e não se limitar a ouvir o que o entrevistado quer dizer.

Outra questão que se coloca quando abordamos esta temática da relação entre os meios de comunicação social e o terrorismo é a que diz respeito ao tipo de cobertura mediática que deve ser conduzida enquanto decorre um acto terrorista. Os críticos dos *media* acusam-nos muitas vezes de interferirem de forma negativa durante um incidente, ao difundirem informação sensível ou até envolvendo-se directamente nas negociações. Tal aconteceu, como veremos adiante, mas também representa uma das maiores lições que os *media* tiraram da sua actuação num momento de crise. Não é difícil admitir que a acção dos *media* interfere no comportamento dos terroristas. Mas nem sempre essa interferência se verifica no sentido negativo.

2.1 Possíveis efeitos negativos da cobertura mediática

Nesta reflexão, já foi dito que os *media* desempenham um papel vital para o terrorismo, ao fornecer aos grupos terroristas uma plataforma para difundir os seus objectivos, opiniões e reivindicações. E, acima de tudo, para espalhar o medo. É que,

3 Quando a BBC transmitiu uma entrevista com um membro do IRA, alguns meses depois do assassinato do político Airey Neave, uma sondagem mostrou que 80% dos telespectadores aprovaram a decisão da transmissão e uma larga maioria manifestou-se ainda mais contrária aos objectivos e acções dos grupos terroristas, depois do programa, do que era antes. [sondagem citada por Alan H. Protheroe (1990)]

entre outras consequências, a cobertura mediática personaliza um incidente terrorista: difunde a ideia de que qualquer cidadão é vulnerável e que pessoas comuns, como qualquer um de nós, estão a ser usadas pelos terroristas. Mas esta personalização torna-se um risco quando, por exemplo, os *media* divulgam telefonemas com reféns ou com os seus familiares. Apesar de tal permitir saber o que se passa no local, também pode trazer consequências negativas. Algumas autoridades já alertaram que a publicação de fotografias, nomes e profissões de reféns, ou dos seus familiares, pode colocá-los sob ameaça ou intimidação dos membros do grupo terrorista, durante ou depois do incidente.

Esta personalização pode ainda ter outro efeito negativo. Na resolução de um incidente terrorista, como o desvio de um avião ou a tomada de reféns dentro de um edifício, governos e forças de segurança normalmente rejeitam tomar acções agressivas para forçar um final rápido, caso as circunstâncias não os obriguem a isso. Os negociadores actuam com calma, tentam atenuar a ideia de crise e de emergência e, desta forma, chegar a uma solução que não implique a perda de vidas. Mas a personalização de um incidente pode chocar com esta estratégia. A reacção natural da opinião pública é simpatizar e solidarizar-se com os reféns e questionar o que fazem as autoridades e por que razão a solução está a tardar. Neste sentido, há quem defenda que a cobertura mediática pode contribuir para apresentar os terroristas como “os fortes” e as autoridades como “os fracos”, hesitantes ou desinteressados.

Noutras situações, os *media* podem divulgar, de forma não intencional, informação sensível que comprometa os esforços das autoridades e forneça uma ajuda aos terroristas. Por exemplo, ao divulgarem o número total de pessoas que se encontram num edifício sob sequestro, podem pôr em perigo aqueles que conseguiram esconder-se. Uma situação lamentável aconteceu em Outubro de 1973, quando o voo 731 da Lufthansa foi desviado e acabou por aterrar em Mogadíscio. Para ajudar as autoridades, o piloto, dissimuladamente, passou informações à polícia sobre os piratas do ar. Quando os *media* divulgaram essa informação, ela chegou até aos terroristas, que rapidamente mataram o piloto.

Também já aconteceu – e considero inapropriado – entrevistar membros de grupos que participam em actos terroristas enquanto estes estão a decorrer. Este tipo de comportamento por parte da comunicação social ocorreu durante assaltos a aviões, cercos a edifícios, raptos e outros actos de terrorismo prolongados. Na minha opinião, são práticas que podem interferir com os esforços das autoridades para resolver a crise e até provocar um prolongamento deste tipo de situações. Este tipo de entrevistas, normalmente por telefone, aumenta a carga espectacular do evento, contribui para

espalhar o medo e dá uma visibilidade inapropriada aos grupos envolvidos. Como referi anteriormente, defendo que o mesmo não acontece com entrevistas a líderes deste tipo de grupos fora das situações de crise: não interfere com os esforços das autoridades para controlar um incidente específico, não coloca em perigo a vida de reféns e não pode prolongar uma situação de crise quando ela não existe.

No entanto, a atenção que os *media* devem ter para não se deixarem instrumentalizar não se deve centrar apenas nos grupos terroristas. Há que ter em conta que podem também ser instrumentalizados pelo poder político.⁴ É certo que deve ser dada voz às autoridades que tentam gerir a crise, pois delas vêm informações fundamentais para tranquilizar a opinião pública e para se tentar restabelecer a normalidade possível após um incidente terrorista. É certo também que a legitimidade que o poder político tem para aparecer nos *media* é, sem dúvida, muito superior à dos terroristas. Estou a referir-me a um poder político que foi eleito pelos cidadãos de um país, para os governar e para lhes garantir a segurança. Mas, mesmo assim, o acesso do poder político aos *media* não deve ser ilimitado. Numa situação de crise, pode ser difícil distinguir entre uma comunicação oficial que se enquadra nos legítimos poderes e deveres de um actor político e uma comunicação que visa desinformar a opinião pública ou que, implicitamente, é feita com objectivos eleitoralistas.

Por último, pode apontar-se como um possível efeito negativo da cobertura mediática o “efeito de contágio” que pode ter a mediatização de actos terroristas. Os argumentos para os que defendem esta teoria passam pela ideia de que os *media* encorajam a formação de novos grupos e levam a que outros grupos menos poderosos ou até indivíduos cometam mais actos de violência. Porque, defendem, os *media* dão aos terroristas um palco para difundir as suas reivindicações e motivam-nos a prosseguir as suas acções. No entanto, não há estudos científicos que provem que os *media* são a causa do aumento do terrorismo. Para Brian Jenkins, director da investigação sobre terrorismo da *Rand Corporation*, «os *media* são responsáveis pelo terrorismo na mesma medida que a aviação comercial é responsável pelos desvios de aviões. A vasta rede de comunicação que sustenta os *media* é simplesmente mais uma vulnerabilidade numa sociedade livre e tecnologicamente avançada».⁵

4 Sobre esta questão, veremos, mais à frente, o caso específico de Espanha, após os atentados de Madrid, em Março de 2004.

5 Citado por Robert Picard (1990: 103).

2.2 Possíveis efeitos positivos da cobertura mediática

Em contraponto com a teoria do “efeito de contágio”, há quem defenda que, a partir do momento que os *media* divulgam uma acção terrorista, quem a organizou já não necessita de promover novos ataques, pois já mostrou do que é capaz e já tornou públicos os seus objectivos.

Além disso, os *media* podem ter influência positiva ao “exigir” uma resposta adequada das autoridades aos actos terroristas e podem ser um veículo de expressão das legítimas preocupações do público no que diz respeito a questões importantes e até um veículo de pressão sobre os governos para que actuem e sejam alteradas certas políticas. Também podem alertar a população para eventuais comportamentos suspeitos e evitar, assim, algumas acções.

Casos em que o comportamento dos *media* foi lamentável foram já referidos, mas há também que mencionar determinados episódios que provam que, nestas situações, também pode haver bom senso, respeito pelo trabalho das autoridades e ética profissional. Por exemplo, durante a crise na embaixada norte-americana em Teerão, em 1979, alguns repórteres norte-americanos souberam que seis cidadãos dos Estados Unidos que se encontravam na embaixada não ficaram reféns dos iranianos. Mais tarde, souberam que estes indivíduos tinham fugido para a embaixada do Canadá. Esta informação nunca foi divulgada até ao momento em que todos os reféns deixaram o Irão. Noutro caso, durante o desvio do voo 847 da TWA, os jornalistas tiveram conhecimento, mas nunca divulgaram, que entre as 153 pessoas a bordo estava um elemento da U.S. National Security Agency.

2.3 A cobertura mediática

Tendo em conta os aspectos negativos e positivos anteriormente referidos, proponho uma reflexão sobre os pontos que devem guiar os órgãos de comunicação social na cobertura de um acto terrorista.

Não tenho dúvidas que a responsabilidade principal de uma imprensa livre é informar o público dos acontecimentos, de modo a que os cidadãos possam tomar decisões e formar a sua opinião com base numa informação credível. Assim sendo, considero impensável sugerir que não se divulguem notícias sobre terrorismo. No entanto, questão importante é saber como divulgar este tipo de informação de modo a que não vá de encontro aos objectivos mediáticos dos terroristas e muito menos que crie

obstáculos ao papel de observador e de fiscalizador que a comunicação social desempenha num Estado democrático.

Já em 1976, um relatório norte-americano da Task Force on Disorders and Terrorism defendia que a cobertura mediática deve dar «um ênfase apropriado» às consequências imediatas e a longo prazo da violência, para as vítimas e para os seus autores. Aconselhava também que deve ser incluída «informação fidedigna das capacidades das autoridades para lidar com estas situações» e que deve ser evitada uma «glamourização excessiva» das pessoas responsáveis por estes crimes. Este documento recomendava também que se evitassem as entrevistas a barricados ou a sequestradores, devendo ser dada prioridade à informação transmitida pelos porta-vozes oficiais. Defendia ainda que se deveria «atrasar ou reter» algum tipo de informação que possa obstruir a acção das forças de segurança ou pôr em perigo a vida dos reféns.

Para os órgãos de comunicação social, é difícil criar regras e procedimentos-padrão para este tipo de acontecimentos, dada a sua imprevisibilidade e porque os factos e as circunstâncias são variáveis de incidente para incidente. Mas, regra geral, os *media* podem pautar a sua actuação com base em determinados princípios éticos que se aplicam, genericamente, a muitas outras situações que são notícia.

Uma componente essencial destas histórias são as reivindicações e as exigências feitas pelos terroristas e defendo que estas devem ser divulgadas. Mas podem ser divulgadas sem ser dada uma plataforma excessiva aos terroristas: devem ser transmitidas pelos jornalistas, em vez de o serem pela imagem e voz do terrorista.

Nunca, no decorrer de uma acção terrorista, os *media* devem divulgar a localização, movimentação ou planos das equipas de assalto, a localização dos atiradores ou dos centros de operações. Tal pode pôr vidas em perigo e prejudicar a operação policial. Os jornalistas não podem esquecer-se que os terroristas podem estar a ouvir as emissões das televisões ou das rádios, seja directamente, seja através de informações transmitidas por cúmplices ou por outros elementos do grupo.

O tratamento dos *media* relativamente ao terrorismo pode ter grande influência nas respostas, no assumir de responsabilidades e na criação de políticas de longo prazo relacionadas com esta problemática. Por causa desta influência, os profissionais das notícias devem fazer uma escolha cuidada de imagens, palavras e perspectivas no que toca a esta matéria. Devem também evitar os preconceitos, as ideias preconcebidas e ir além da posição política dominante no momento, não se acomodando ao sentimento público corrente. O público merece ser capaz de analisar os assuntos de variadas

perspectivas. Neste ponto, os jornalistas devem tentar que o seu trabalho não seja apenas descritivo, mas mais explicativo.

Reconheço que também não deve ser dado demasiado ênfase a um indivíduo. As acções terroristas são demasiado complexas para terem um responsável exclusivo. Philip Seib (2003) defende que tal personalização «simplifica e distorce a dinâmica do conflito». Tal individualização pode transmitir a ideia que de um lado do conflito está um Estado, as suas instituições e a sua população, e do outro um indivíduo, com um poder ilimitado, que consegue mobilizar meios e pessoas e que, dessa forma, demonstra não ser difícil perturbar a ordem desse Estado.

A preocupação com a forma como são transmitidas as notícias relacionadas com um acto terrorista não deve existir apenas enquanto ele decorre ou nos momentos imediatamente a seguir. Há que ter atenção à forma como é divulgada a informação, por exemplo, sobre as investigações que estão a ser realizadas para identificar os autores de um atentado. Tomemos como exemplo os atentados de 11 de Março de 2004. Após a confirmação de que os autores dos ataques tinham ligações às redes terroristas islâmicas, as autoridades seguiram várias pistas e acabaram, dias depois, por cercar um grupo de indivíduos suspeitos, em Leganés, nos arredores de Madrid. Estes homens, na maioria de origem magrebina, preparavam novas acções e acabaram por se suicidar, ao rebentar os explosivos no apartamento onde se encontravam. Até esse momento, foram poucas as notícias divulgadas sobre os possíveis autores dos atentados. Só depois do incidente de Leganés é que os jornais começaram a publicar notícias sobre a identidade dos suspeitos e as várias ramificações da rede que criaram. Se tais informações tivessem surgido antes, a acção das autoridades poderia ter sido comprometida e os vários elementos da rede poderiam ter sido alertados para o tipo de dados que a polícia tinha já em seu poder.

O mesmo cuidado deve existir quando os *media* têm acesso a informação que indicie que poderá estar a ser preparada uma acção terrorista. Na minha opinião, tal informação só deve ser divulgada (tal como qualquer outra) quando completamente confirmada e usando sempre o suporte das fontes oficiais. E tendo também em atenção os efeitos que a notícia pode ter junto da opinião pública, evitando qualquer alarmismo desnecessário. Ainda em Agosto do ano passado, o governo do Reino Unido pediu aos *media* britânicos para terem «contenção» na cobertura da alegada conspiração para fazer explodir, em pleno voo, vários aviões com destino aos Estados Unidos. Num comunicado conjunto dirigido aos principais órgãos de comunicação social, o ministro do Interior e o procurador-geral consideravam que a investigação então em curso poderia ser «perturbada

por reportagens demasiado sensacionalistas».⁶ Algumas das informações divulgadas poderiam interferir de forma negativa na acção policial.

Por isso, é fundamental uma relação permanente e responsável entre os *media* e as autoridades. Deve haver discussões regulares entre ambos e uma relação baseada numa confiança mútua, que deve ser alimentada pelas duas partes. Aos *media* cabe respeitar o trabalho das autoridades e forças de segurança, sem interferir no desfecho dos acontecimentos, mas as autoridades devem ter também a preocupação de conhecer o funcionamento e os procedimentos básicos dos *media*.

3. Os *Media* e os Atentados Terroristas: Três Casos que Marcaram o Início do Século XXI

Depois da reflexão sobre a melhor conduta a seguir pelos *media* no que toca ao delicado tema do terrorismo, proponho uma análise da cobertura mediática de três grandes acções terroristas. Os casos que me proponho analisar foram escolhidos pela intensa cobertura mediática de que foram alvo e por terem dado origem a atitudes tão diferentes por parte dos meios de comunicação social (e também das autoridades).⁷

3.1 O 11 de Setembro de 2001

A 11 de Setembro de 2001, em 82 minutos, os Estados Unidos sofreram uma série de ataques sincronizados que resultaram no mais mortal e mais devastador caso de terrorismo da história. Minutos depois de o primeiro avião ter chocado com a Torre Norte do World Trade Center, as primeiras imagens do edifício em chamas apareciam nos ecrãs de todo o mundo. Milhões de pessoas estavam a ver televisão ou a seguir os acontecimentos pela Internet. Nos 18 minutos que separaram os dois embates nas Torres Gémeas, as cadeias de televisão fixaram a imagem na primeira torre e os espectadores de todo o

6 Informação divulgada pela Agência Lusa, a 13 de Agosto de 2006.

7 A escolha destes três acontecimentos mediáticos não está relacionada com uma possível classificação dos maiores actos terroristas desde 2001. Se fosse esse o critério, nomeadamente no que toca ao número de vítimas ou ao grau de espectacularidade dos actos praticados, teria que incluir, entre outros, acontecimentos como o assalto ao Teatro Dubrovka, em Moscovo, em Outubro de 2002, as explosões em Bali, na Indonésia, também em Outubro de 2002, ou a tomada de reféns na escola de Beslan, na Ossétia do Norte, em Setembro de 2004. Por vários factores, estes acontecimentos não tiveram uma cobertura mediática tão intensa como os casos a que me refiro neste trabalho.

mundo tiveram tempo de ligar os seus aparelhos e assistir a tudo: ao segundo choque e ao desmoronar dos dois edifícios. Segundo a professora de Ciência Política da Universidade de Columbia, Brigitte L. Nacos, os ataques terroristas em Nova Iorque e Washington foram «a produção feita para televisão mais vista de sempre» (2003: 28).

De facto, não é difícil admitir que os ataques foram planeados e executados tendo em atenção o *modus operandi* dos *media* e os seus efeitos na opinião pública e entre os decisores políticos. Os terroristas que architectaram o atentado não se limitaram a provocar um número elevado de mortes e significativos danos materiais. Eles quiseram que todo o país e todo o mundo assistissem às suas acções, percebessem o que os levou a tais actos, solidificando o respeito que têm entre os seus pares e, talvez, conseguindo até novos apoiantes. Quaisquer que fossem os seus objectivos imediatos e a longo prazo, aqueles que planearam o 11 de Setembro estavam bem conscientes que os meios de comunicação social eram um ponto-chave para concretizar os seus objectivos de ganhar visibilidade e difundir os seus ideais políticos e religiosos. No entanto, há que salvaguardar este ponto: a televisão, que foi aproveitada pelos terroristas para propagar o seu crime, também suscitou, com as imagens do terror, um extenso repúdio contra eles.

Durante os dias a seguir aos ataques, as estações de televisão e rádio cobriram a tragédia vinte e quatro sobre vinte e quatro horas, sem mesmo fazer pausas para intervalos comerciais. Também os jornais e as revistas reservaram quase todo o seu espaço para esta crise. Por exemplo, a Newsweek e a Time dedicaram todas as histórias de capa ao 11 de Setembro e ao terrorismo nas oito semanas que se seguiram aos ataques.

De um momento para o outro, os terroristas alteraram a agenda pública da América e afectaram profundamente a vida da maioria dos norte-americanos.⁸ E era precisamente este o objectivo dos arquitectos dos ataques. Numa mensagem vídeo, citada pelo diário britânico The Guardian, Bin Laden terá comentado desta forma a reacção dos norte-americanos ao 11 de Setembro: «Aí está a América, cheia de medo de Norte a Sul, de Oeste a Leste. Graças a Deus por isso».

Mas a alteração da agenda política, pública e mediática não se sentiu apenas nos dias imediatamente após os ataques. Seguiram-se as ameaças de *anthrax*, o debate sobre os agentes biológicos e químicos e a ofensiva militar no Afeganistão. De repente, os *media* norte-americanos começaram a dar atenção às reivindicações e preocupações daqueles

8 Por exemplo, Brigitte L. Nacos cita uma sondagem que revela que 53% dos norte-americanos de todo o país, e não apenas nas zonas atacadas, no Leste, alteraram os seus planos e actividades para o resto daquele dia. O mesmo inquérito revela que quatro em cada dez trabalhadores não foram trabalhar ou foram mais cedo para casa naquela terça-feira.

que puseram em marcha os ataques e dos que os apoiaram. O mundo muçulmano passou a ter outra atenção da comunicação social.

Brigitte L. Nacos elege Bin Laden como o grande vencedor mediático do 11 de Setembro. Quer estivesse ou não directamente envolvido no planeamento dos ataques, certo é que foi de imediato rotulado, pelos *media*, como «o inimigo público número um da América». Os *media* fizeram assim disparar a sua popularidade, respeitabilidade e legitimidade entre milhões de muçulmanos. «Um terrível acto de terror transformou o mais famoso terrorista num dos líderes mundiais das notícias» (Nacos, 2003: 41). Apesar de não ser retratado com uma imagem positiva, ele partilhou o palco mediático, lado a lado, com George W. Bush. Isto apesar de estar escondido, de não dar entrevistas, nem aparecer em conferências de imprensa.⁹

Analisando agora o comportamento dos *media* norte-americanos, eles fizeram com que toda a população se envolvesse nos acontecimentos. O público confiou totalmente em que eles lhes estavam a dar toda a informação. Para os líderes da gestão da crise, os *media* foram o único meio de transmitir informação importante ao público, como o que fazer (por exemplo, onde poderiam fazer doações de sangue) e o que não fazer (por exemplo, não se dirigirem para Manhattan, porque todos os túneis e pontes foram encerrados). Os *media* também espalharam o sentimento de patriotismo e deram oportunidade ao público de se sentir parte dos acontecimentos e de dar a sua opinião, através de fóruns, cartas, *e-mails*.

No entanto, a esta distância dos acontecimentos, também podemos apontar alguns pontos negativos da cobertura mediática (e que não foram exclusivos dos meios de comunicação social norte-americanos). As estações de televisão repetiram as cenas mais chocantes demasiadas vezes. O sentimento de medo vivido no dia dos ataques prolongou-se, desta forma, por tempo excessivo. Robert Samuelson apontava como «resultado perverso» do tipo de cobertura mediática que estava a ser feito, o perigo dos *media* se estarem a transformar em potenciais «aliados silenciosos do terrorismo». Isto porque «o terrorismo não é só morte e destruição. É também gerar medo, semear a suspeição, minar a confiança nos líderes políticos, levar as pessoas – e os governos – a fazer coisas que nunca fariam. É mais um assalto à nossa psicologia que aos nossos corpos».¹⁰

9 A mesma autora sublinha que, nas dez semanas que se seguiram aos ataques, a revista Time fez capa com Bin Laden três vezes e com George W. Bush duas vezes. Durante o mesmo período, a Newsweek fez capa duas vezes com o líder da Al-Qaeda e nenhuma com o presidente dos Estados Unidos.

10 Artigo «Unwitting Accomplices», publicado no Washington Post, a 7 de Novembro de 2001, citado por Brigitte L. Nacos (2003: 50).

Outro comportamento que temos que condenar foi a persistente especulação à volta de possíveis novos ataques. Para citar um exemplo, a revista Newsweek de 5 de Novembro de 2001 elegia como assunto de capa o que deveria ser feito para proteger a América dos perigos do terrorismo. Neste artigo, eram descritos os alvos mais vulneráveis, como «aerportos, fábricas de produtos químicos, armazéns de alimentos, Internet, filas de trânsito, centrais nucleares, postos dos correios, portos, arranha-céus, estádios...». Uma descrição exaustiva que era mais útil aos terroristas do que à população de um país em crise e ainda em estado de choque.

Após os ataques a Nova Iorque e a Washington, os governos de alguns países tentaram (e alguns aplicaram) um conjunto de medidas com vista a prevenir novos atentados e detectar mais facilmente a acção de grupos terroristas. Muitas destas medidas implicavam a violação de alguns direitos dos cidadãos e, em alguns casos, punham também em causa a liberdade de expressão e de informação. A 10 de Outubro de 2001, a então Conselheira para a Segurança Nacional dos Estados Unidos, Condoleezza Rice, teve um encontro com os responsáveis das principais cadeias de televisão e pediu-lhes que não divulgassem gravações de Bin Laden. A justificação era que as mensagens do líder da Al-Qaeda eram propaganda e incitavam à morte de cidadãos norte-americanos. No limite, poderiam conter instruções para novos ataques. As autoridades norte-americanas tentaram ainda censurar o canal de televisão Al-Jazeera, procurando impedir que fosse visto no território dos Estados Unidos, também com o mesmo tipo de justificação. Admito que mensagens como as de Bin Laden possam ter alguns efeitos psicológicos entre a população e contribuir para prolongar a sensação de medo, mas é difícil acreditar que uma organização como a Al-Qaeda, que conseguiu levar por diante os planos do 11 de Setembro, precise dos *media* americanos para dar instruções aos seus membros.

3.2 O 11 de Março de 2004

A cobertura mediática dos atentados de Madrid é mais difícil de analisar, dadas as circunstâncias específicas da data em que se verificaram as explosões e a série de acontecimentos que posteriormente se desencadearam e que podem entrar na esfera da análise política. É que, em termos de cobertura da comunicação social, é impossível separar os quatro grandes acontecimentos, que marcaram quatro dias em Março de 2004: a 11, o atentado, com explosões sucessivas em comboios que se dirigiam para a estação de Atocha, na capital espanhola; a 12, as maiores manifesta-

ções de sempre em toda a Espanha, num sinal colectivo de condenação do terrorismo; a 13, as manifestações, de carácter mais político, junto às sedes do Partido Popular, em dia de reflexão eleitoral; a 14, as eleições legislativas que retiraram o poder ao partido de José María Aznar e deram a vitória ao PSOE, de José Luís Rodriguez Zapatero.

Analisando a imprensa e os artigos de académicos que estudam as questões do jornalismo e da informação, são poucas as referências directas à forma como, jornalisticamente, foram tratados os factos directamente ligados aos atentados: de que forma foram divulgadas as primeiras imagens, se houve ou não respeito pela privacidade das vítimas, se as imagens transmitidas em directo foram ou não demasiado chocantes.¹¹ O que, de facto, acabou por centrar as atenções foi a forma como as autoridades geriram a crise provocada pelos ataques e como tentaram manipular a imprensa e o público, com o objectivo de retirar dividendos eleitorais.

Logo na manhã de 11 de Março, o ministro do Interior, Ángel Acebes, em conferência de imprensa, lançou a acusação de que a ETA era responsável pelos atentados, baseando-se apenas em antecedentes. Dois dias depois, o mesmo governante já vinha admitir a hipótese islâmica para a autoria dos ataques. Para Miguel Gaspar, «a simples enunciação de uma certeza e a negação dessa certeza, em pouco mais de quarenta e oito horas, mostravam que o Governo não estava a ser completamente honesto na gestão da crise e isso, só por si, era muito grave» (2005: 140).

Os factos que comprovaram esta tese acabaram por ser divulgados e bem visíveis. A TVE foi o principal alvo da manipulação e tal notou-se no tipo de programação emitida na noite dos atentados - vários documentários sobre as acções da ETA - e nos serviços noticiosos.¹² Além disso, soube-se, pouco tempo depois, que o chefe de Governo, José María Aznar, fez vários telefonemas para os chefes de redacção e directores de jornais a pedir-lhes que insistissem na hipótese dos separatistas

11 Neste ponto, a principal excepção foi o debate que se gerou à volta da “trucagem” de uma fotografia que foi publicada, a 12 de Março, na primeira página de vários jornais, nomeadamente no *El País*. Na foto, tirada junto aos carris da estação de Atocha, viam-se os destroços de uma carruagem, vários cadáveres e vários feridos. Nela era também visível um membro decepado de uma das vítimas. Esta fotografia correu o mundo e fez capa em várias publicações. Mas não apareceu da mesma forma em todas. Houve jornais, nomeadamente no Reino Unido, que publicaram a foto, mas retirando “o pormenor” do membro decepado de um dos cadáveres.

12 O director de informação da TVE, Alfredo Urdaci, defendeu em todos os telegjornais a tese oficial sobre a autoria dos atentados. Até muito perto da abertura das urnas, no dia 14 de Março, só existia, para a televisão pública espanhola, um culpado: a organização terrorista basca.

bascos.¹³ A mesma indicação foi dada pela ministra dos Negócios Estrangeiros, Ana Palacio, aos embaixadores do seu país.¹⁴

Em várias análises pode ler-se que a TVE escondeu o que os *media* internacionais mostravam. As principais estações de televisão europeias foram sempre apresentando as duas hipóteses para a autoria dos ataques, sem, no entanto, contestar a legitimidade das posições oficiais. Mas nos *media* europeus, o 11 de Março nunca teve uma cobertura mediática equivalente à do 11 de Setembro. É que não havia imagens em directo das explosões, Madrid não é um centro global como é Nova Iorque, o número de vítimas era claramente inferior e não havia certezas quanto aos autores. Mas, como observa Miguel Gaspar, a postura dos *media* internacionais mudou significativamente assim que passou a existir a certeza de que o atentado era de origem islâmica. Até essa altura, «o 11 de Março era um assunto interno. Só depois se tornou no primeiro atentado islamita na Europa» (Gaspar, 2005: 142).

3.3 O 7 de Julho de 2005

Em todos os aspectos, a cobertura mediática dos atentados de Londres foi diferente da efectuada em 2001 e em 2004. No 11 de Setembro, assistimos a parte dos atentados em directo, vimos o desespero daqueles que se encontravam nos andares superiores das Torres Gémeas, vimos o pânico que se gerou entre os nova-iorquinos e os esforços dos bombeiros para tentar salvar os que se encontravam dentro dos dois edifícios. Minutos depois, assistimos ao desmoronar das duas torres e aos caos que se gerou na Baixa de Manhattan. No 11 de Março, tivemos acesso a fotografias de corpos decepados nos carris, às imagens aéreas dos comboios destruídos, de dezenas de feridos e de milhares de madrilenos destroçados.

No 7 de Julho, a cobertura mediática mostrou-nos uma nova forma de abordar actos terroristas. Não houve fotos chocantes, não houve detalhes do interior do metro, nem

13 O director do El Periódico, de Barcelona, publicou um texto no site do jornal - com o título "Duas chamadas a partir de Moncloa" - a denunciar as pressões do chefe do Governo. Nesse texto, Antonio Franco diz que recebeu um telefonema depois de ter dito à Rádio Nacional que o seu jornal admitia as duas hipóteses sobre a autoria do atentado. Na conversa telefónica, Aznar dizia ter provas de que a ETA era responsável pelas sucessivas explosões em Madrid.

14 Instruções que Ana Palacio deu aos diplomatas: «deverá vossa excelência aproveitar as ocasiões que se lhe apresentem para confirmar a autoria da ETA de estes brutais atentados, ajudando assim a dissipar qualquer tipo de dúvida que certas partes interessadas possam querer fazer surgir». In El País, 13 de Março de 2004.

cadáveres, sangue, fumo ou destroços. Nem tão pouco houve muitas cenas de desespero e de pessoas a chorar. A imprensa mundial usou fotos de feridos ligeiros, a caminhar pelo próprio pé, e algumas fotos do autocarro que fazia a linha nº 30, tiradas com zoom de uma distância considerável.

A ausência de imagens chocantes foi originada por uma precisa e ponderada decisão conjunta dos principais *media* britânicos, do Ministério do Interior e das autoridades policiais. As zonas atingidas foram rapidamente isoladas e o acesso restringido. Além disso, a polícia metropolitana accionou de imediato uma estratégia de comunicação bem delineada, que evitou alarmismos excessivos, acalmou a opinião pública e impediu deslocações para as zonas afectadas pelos rebentamentos. Quando os *media* chegaram aos locais atingidos, as vítimas já tinham sido atendidas pelas equipas de socorro. Nunca se viram imagens de descontrolo, de pânico, de desespero. Não houve gritos, nem choros, nem corpos queimados, nem cadáveres envoltos em lençóis brancos. Como escreveu Cândida Pinto, no Expresso de 9 de Julho de 2005, «o horror do acto não foi ocultado, mas as consequências foram cuidadosamente afastadas dos olhares da opinião pública».

Tudo isto também foi possível porque, desde o 11 de Setembro, as autoridades britânicas tinham consciência de que o Reino Unido seria alvo de um ataque. Só nunca apuraram quando é que tal atentado poderia acontecer. Mas os planos de emergência foram delineados atempadamente e ao pormenor e envolviam também os *media*. As autoridades contavam com a cooperação dos meios de comunicação social (em particular as rádios e as televisões) para manter a população informada sobre várias questões práticas, como, por exemplo, o estado da rede de transportes públicos.

Toda a estratégia de comunicação foi definida até ao mais pequeno detalhe. Ao contrário de outras situações, todas as declarações oficiais foram proferidas pelo chefe da Scotland Yard, Ian Blair, não havendo uma multiplicação de fontes que, por vezes, pode gerar informações contraditórias. No caso dos atentados de Londres, as informações eram lançadas quase a conta-gotas, mas todas confirmadas.

Mas não será legítimo dizer que foi apenas o apertado controlo das autoridades que originou este tipo de cobertura mediática. A política editorial das principais cadeias de televisão, como a BBC e a Sky News, também contribuiu para que tão poucas imagens de desgraça tenham chegado aos telespectadores. É da tradição da televisão britânica não mostrar pessoas em situações de grande desespero e angústia, nem de cadáveres. E, neste acontecimento concreto, essas cadeias de televisão não cederam perante o sensacionalismo, a emoção gratuita e a falta de rigor. Num artigo publicado no Diário de

Notícias, Miguel Gaspar dizia tratar-se de «uma lição sobre o medo. Agindo assim, as televisões travaram a generalização do pânico que o atentado deveria provocar». O jornalista e crítico de televisão acrescentava que a contenção esteve «no tom, na atitude, nas imagens das vítimas que foram apresentadas. Mas esteve sobretudo no rigor. E na forma como aqueles jornalistas escolheram o rigor quando havia poucas informações disponíveis».

A falta de informações fidedignas costuma facilitar a especulação e o sensacionalismo. Mas no caso dos atentados de Londres aconteceu o contrário. Perante informações não confirmadas, a atitude dos *media* foi a mais cuidadosa possível. Como escreveu Eduardo Cintra Torres, num artigo de opinião publicado a 10 de Julho de 2005, no Público, «o efeito do terrorismo é tanto maior quanto for inesperado». Como referi anteriormente, esse efeito surpresa foi minorado pelas autoridades que tinham a indicação da enorme probabilidade de o país ser alvo dos terroristas e assim puderam estudar e criar um plano de actuação. Todos sabiam como actuar, incluindo os *media*. E, desta forma, conclui Cintra Torres, «a reacção britânica às bombas em Londres indica que desta vez o terrorismo perdeu a eficácia nos efeitos obtidos: mata inocentes, mas não pára democracias e as suas economias. Nem pára a boa televisão, que deu uma lição à má televisão».

4. Conclusão

Como se pode depreender pela reflexão anteriormente exposta, e como concluía Brigitte L. Nacos, terroristas e *media* «não são amantes, são mais como parceiros num casamento de conveniência, no qual os terroristas precisam de toda a cobertura mediática que consigam obter e os *media* precisam dos acontecimentos dramáticos, chocantes, sensacionais e trágicos para sustentar e impulsionar as audiências e as tiragens» (2003: 52).

O vínculo que une *media* e terrorismo parece estar regido pelos parâmetros do princípio do benefício mútuo. No entanto, os *media* não dão cobertura às acções terroristas apenas porque tal é conveniente em termos de audiência e de captação de público. Cumprindo a sua função de informar a opinião pública, os meios de comunicação social, em situações de terrorismo, têm inegavelmente o papel de duplo porta-voz de dois discursos opostos, elaborados a partir de chaves diferentes: por um lado, fazem chegar aos cidadãos as diversas pressões políticas que exigem o fim da violência; por

outro, amplificam os efeitos das estratégias terroristas, ao serem seus protagonistas involuntários.

Mesmo correndo o risco de ser um palco de acção privilegiado para os terroristas, os *media* não podem demitir-se do seu papel. A liberdade de expressão é um direito fundamental das sociedades democráticas. Mesmo os crimes mais graves não podem justificar restrições. Este direito é maioritariamente exercido pelos *media* e defendo que quaisquer limitações devem ser sempre decididas pelas chefias, de forma voluntária, no respeito pelas normas da ética profissional. Qualquer intervenção das autoridades públicas neste domínio deve ser completamente evitada.

É compreensível que, após uma ameaça ou após ter sido alvo de um acto terrorista, o poder político tenha a tentação de fazer tudo para, por um lado, identificar, travar a acção e condenar os culpados e, por outro, proteger os cidadãos de novas situações de terror. Mas qualquer estratégia destinada a acabar com a ameaça do terrorismo deve promover o respeito pela liberdade de expressão e pela liberdade dos *media*, em vez de impor restrições a estes direitos fundamentais.

Defendo que em nenhuma situação a ameaça do terrorismo possa ser usada como desculpa para impor restrições ao direito de liberdade de expressão e ao da liberdade de informar e a outros direitos, como a independência editorial, a protecção de fontes confidenciais, o acesso à informação por parte das autoridades, a liberdade de movimento e o direito à privacidade das comunicações.

Porque nenhuma limitação imposta pelas autoridades conseguiria pôr fim ao problema. Como disse, não é por não se dar a notícia de um acontecimento que ele deixa de existir ou que se apagam os seus efeitos e as suas consequências. Além disso, noticiar as acções terroristas faz parte da obrigação dos *media* em servir a opinião pública. É que o papel do Jornalismo não é dizer às pessoas o que pensar. É fornecer informação às pessoas para a usarem para pensar.

Noticiar o terrorismo é necessário e é um dever dos profissionais da comunicação social. E há que fazer uma clara distinção: uma coisa é noticiar as suas consequências (e origens também); a outra é fazer a defesa do terrorismo. Não dar a notícia de um acto terrorista afecta a credibilidade dos *media* (o público pode questionar que outro tipo de informações a comunicação social pode esconder), deixa espaço para a especulação e rumores e põe em causa os princípios básicos de um Estado democrático.

Mas sendo a liberdade de expressão um dos pilares das sociedades democráticas, considero que, ao mesmo tempo, os *media* têm um compromisso com o apuramento das responsabilidades penais derivadas dos atentados e uma obrigação moral para com a

segurança do Estado. Em situações de risco evidente, em situações em que noticiar um determinado acontecimento pode comprometer outros valores fundamentais do Estado, o direito de informar não se pode sobrepor ao direito de proteger os cidadãos e a segurança do país.

A liberdade nos media não é nem deve ser uma verdade absoluta. E os profissionais da comunicação social, antes de serem jornalistas, são cidadãos, com direitos, mas também com deveres para com a sociedade e para com o Estado. A salvaguarda de vidas é necessariamente uma prioridade que todos devemos proteger: tal impõe legítimas limitações e responsabilidades nos media quando reportam as acções terroristas e as respostas do Estado ao terrorismo. É uma questão de interesse público.

Mas tal não implica que os media não cumpram também o seu papel de “fiscalizador” das autoridades. As forças de segurança e os governantes, por exemplo, não estão imunes a julgamentos imperfeitos e a comportamentos menos correctos. Como em todas as situações, há que prevalecer o bom senso e deve apostar-se num equilíbrio e numa avaliação correcta do que é melhor para a segurança de todos, em determinado momento. Críticas excessivas podem minar a confiança das populações nas forças de segurança, gerar um clima de receio e de instabilidade, favorecendo, unicamente, as organizações que visam levar por diante acções terroristas.

Os media devem tomar consciência da sua posição privilegiada e tal deve levá-los a uma auto-contenção. Neste sentido, devem tentar encontrar um equilíbrio entre, por um lado, a publicação de informação verdadeira, confirmada, responsável e pouco especulativa e, por outro lado, a colaboração com as forças de segurança do Estado.

O papel dos media no combate ao terrorismo pode não ser, à primeira vista, muito evidente. Aliás, numa abordagem rápida, pouco coerente e mal fundamentada, poderá até ser fácil identificar os pontos em que os media são mais favoráveis aos terroristas do que contra eles. Mas não nos podemos esquecer que a cobertura noticiosa é uma ferramenta essencial para estimular o interesse público por estas questões e para promover o seu envolvimento neste processo. Numa altura em que países por todo o mundo desenvolvem novas respostas para o terrorismo, os media podem desempenhar um papel vital, ao fornecerem informação e ao unificarem o esforço antiterrorista global.

Bibliografia

GARCÍA LUENGO, Oscar - «Los Medios de Comunicación y las Nuevas Tendencias del Terrorismo Internacional». In *Conferencia Internacional "La Seguridad Europea en el Siglo XXI"*, Universidad de Granada, 5-9/11/2001

GASPAR, Miguel - «Terror, Televisão, Telemóvel - O Papel dos Media no 11 de Março». In *Relações Internacionais*, nº 5, Março 2005, Lisboa. p.133-146

LYNCH, Marc - «Al-Qaeda's Media Strategies». In *The National Interest*, Number 83, Spring 2006

NACOS, Brigitte L. - «Terrorism as Breaking News: Attack on America». In *Political Science Quarterly*. Volume 118, Number 1, 2003. p.23-52

PICARD, Robert - «News Coverage as the Contagion of Terrorism: Dangerous Charges Backed by Dubious Science». In *Terrorism and the Media - Dilemmas for Government, Journalists and the Public*, Brassey's, inc, USA, 1990. p.100-110

PROTHEROE, Alan H. - «Terrorism, Journalism and Democracy». In *Terrorism and the Media - Dilemmas for Government, Journalists and the Public*, Brassey's, inc, USA, 1990. p.64-69

SEIB, Philip - «The News Media and Terrorism: Implications of Coverage». In *The Journal of Islamic Law and Culture*, DePaul University, Fall/Winter 2003

WILKINSON, Paul - «Terrorism and Propaganda». In *Terrorism and the Media - Dilemmas for Government, Journalists and the Public*, Brassey's, inc, USA, 1990. p.26-33

YASTREBOV, Vassily - «Como Ultrapassar o Medo». In *Diplomacia Pura*, nº0, Abril/Junho 2005. p.33-34

Report of the Task Force on Disorders and Terrorism. National Advisory Committee on Criminal Justice Standards and Goals. Washington. 1976